

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PORTO VELHO – RO – 02/12/24 AS 09 HORAS

CONTRIBUIÇÕES

- ⇒ Não tem processo de biossegurança em relação as pisciculturas do pirarucu;
- ⇒ o Rio madeira possui 1,2 milhões de quilômetros quadrados para ser monitorado/fiscalizado;
- ⇒ Há estudos em torno de 4 anos tentando a liberação geral do pirarucu;
- ⇒ A pesca artesanal está também fora do processo da pesca esportiva, assim como o artesanato e a agricultura familiar;
- ⇒ Porto Velho não tem estrutura e nem segurança ao longo do Rio madeira (rampa de embarque e desembarque seguro);
- ⇒ O tucunaré não é um peixe para a sobrevivência do Pescador artesanal. A pesca do tucunaré tem que ser fechada para consumo por 5 anos, pelo menos, e deixar aberta somente para a pesca esportiva;
- ⇒ Cota zero para as espécies ameaçadas e para aquelas que trazem risco;
- ⇒ A pesca artesanal não é responsável pela diminuição do peixe. É um absurdo fechar a pesca por 5 anos, tem que integrar o Pescador com turismo da pesca esportiva;
- ⇒ Implantar o turismo de base comunitária em todos os municípios;
- ⇒ Os pescadores esportivos são os que menos dão problemas para a fiscalização e são os que mais cobram uma fiscalização eficiente;
- ⇒ A grande maioria das irregularidades são cometidas pelos pescadores profissionais;
- ⇒ existe um termo de cooperação entre o Ministério da pesca e a Sedan. Esse termo ainda não foi assinado pela Sedan;
- ⇒ Existe uma quantidade gigante de pescadores profissionais que têm outras atividades, precisa urgente de uma auditoria nas colônias dos pescadores. Essa auditoria vai selecionar os verdadeiros pescadores profissionais e valorizar os que realmente precisam;
- ⇒ A legislação atual é muito severa com Pescador profissional / artesanal;
- ⇒ A educação ambiental tem que ser feita também por outros entes públicos como: turismo, educação e outros envolvidos;
- ⇒ Em Rondônia existem 9 bacias hidrográficas. É importante criar um ponto piloto para a experiência em relação ao fechamento da pesca, um laboratório;
- ⇒ É importante a criação de um batalhão específico para pesca ou a criação de uma Secretaria da pesca, o efetivo é pequeno para uma quantidade gigante de ações de fiscalização;
- ⇒ O projeto piloto pode ser na Vila Jacy Paraná, entre as usinas. Nesse caso o fechamento da pesca será para todas as espécies;
- ⇒ estamos recebendo muitas denúncias contra a pesca de mergulho que é considerada predatória / clandestina;

- ⇒ Falta incentivo para quem deixa a mata preservada inclusive para financiamentos linhas de crédito. Essa atividade favorece o turismo tendo a preservação como principal produto, mas não serve como garantia para investimento financiado;
- ⇒ É importante analisar a possibilidade de implantação do turismo de pesca esportiva na reserva tucumã. Há indicativo do ICMBIO de não autorizar a liberação da pesca;
- ⇒ Fiscalização tem que atuar nas reservas de forma efetiva para preservação dos berçários e renovação dos estoques;
- ⇒ Tem que construir em Porto Velho estruturas de apoio ao turismo de pesca esportiva como: marinas, rampas, estacionamentos etc. Esses espaços poderão funcionar através de concessão para a iniciativa privada;
- ⇒ Tem que ter uma política que acolha o pescador profissional. Colocar chip nas malhadeiras e outros apetrechos poderá ser iniciativas importantes para controle e identificação do verdadeiro pescador profissional;
- ⇒ A lei do pirarucu é uma lei federal. Várias tentativas já foram feitas, mas ainda não atendidas. Segundo o Ibama estão aguardando assinatura de uma portaria para ser publicada;
- ⇒ Incluir a SEOSP E DER nos conselhos de turismo;
- ⇒ Construção de pontes nas comunidades de baixo Madeiro;
- ⇒ maior atenção e investimento nas comunidades do baixo madeira;
- ⇒ considerar os pescadores artesanais no fechamento de áreas de pesca;
- ⇒ criar estrutura de beneficiamento do pirarucu;
- ⇒ melhorar a estrutura da orla da cidade de Porto Velho com instalações de portos e rampas;
- ⇒ A construção de uma legislação específica para o pirarucu em Rondônia;
- ⇒ Capacitação da comunidade (pescadores artesanais) na ocupação como guias de pesca, culinária, hotelaria;
- ⇒ Aumentar o número de companhias aéreas e diminuir o valor das passagens;
- ⇒ Reativar a Câmara técnica de pesca e aquicultura;
- ⇒ Popularizar o valor do aluguel na madeira - Mamoré para instalação de empreendimentos de artesanatos;
- ⇒ Fazer acesso rápido e com segurança para descida de embarcações;
- ⇒ Mudar a data do defeso da pesca: 15 de outubro a 15 de fevereiro;
- ⇒ Mudar a existência da cota para pirarucu pois o mesmo já se torna predador;
- ⇒ Incentivar as escolas estaduais em visitar a coleção de peixes da Unir;
- ⇒ Hoje não sabemos quem são, onde estão e se têm guias de pesca esportiva;
- ⇒ As empresas no ramo de prestadores de serviços turísticos estão legalizadas cadastradas no Cadastur?
- ⇒ Regulamentação das embarcações e dos pescadores;
- ⇒ Criar roteiros de pesca transformando em produtos e envolvendo toda a comunidade - turismo de base comunitária;
- ⇒ Criação de plano de marketing da pesca e criação de um calendário;

- ⇒ Criar uma política de integração entre os setores públicos e privados (hotéis, restaurantes, agência e outros);
- ⇒ Criação de Marina se portos públicos;
- ⇒ criar políticas públicas de turismo e turismo de pesca;
- ⇒ policiamento nas rodovias, saídas estratégicas: Colorado para Cabixi e Pimenteiras e Alta Floresta para Porto Rolim e Porto Velho;
- ⇒ Ter mais educação ambiental;
- ⇒ fechar Rio Guaporé para pesca profissional, como experiência;
- ⇒ Regulamentação do turismo onde tem potencial viu a exemplo pedras negras;
- ⇒ No que diz respeito ao pirarucu no Guaporé iniciar um pré-diagnóstico populacional, junto aos órgãos federais;
- ⇒ Entender como funciona as pisciculturas, legislação e medidas de contenção;
- ⇒ Incentivar as fiscalizações nas unidades de conservação;
- ⇒ Mais integração entre as secretarias e os atores que atuam no cenário, isto é, buscar meios de unir a Setur / Sedec / Sedan, para tratar as problemáticas de modo geral.